AGRONEGÓCIO: AJUSTE DE FOCO NA POLÍTICA AGRÍCOLA



FÁBIO DE SALLES MEIRELLES

Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (FAESP)

O AGRONEGÓCIO foi incentivado pelo nosso sistema de representação no seu surgimento, há mais de sessenta anos. Atualmente, o setor representa 21,5% do Produto Interno Bruto (PIB) e movimenta a indústria, o comércio e os serviços, gerando empregos e renda, principalmente no interior do Brasil. Ele promove a interiorização do desenvolvimento nacional; é sinônimo de progresso.

Apesar dos resultados positivos do setor, a percepção corrente dos produtores é que as conquistas se devem, preponderantemente, ao empreendedorismo dos agentes econômicos, considerando que as ações do setor público têm estado aquém da retribuição do setor à economia.

Grande parte do sucesso do setor resulta dos valiosos investimentos na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e em órgãos estaduais de pesquisa e das políticas de crédito, assistência técnica e apoio à comercialização implantadas há décadas. Contudo, a correlação entre o produto da atividade agropecuária e as políticas públicas vem enfraquecendo-se ao longo dos anos.

Na gestão do novo governo, até por conta do desequilíbrio das contas públicas, há a oportunidade de realinhar as políticas e as estratégias às necessidades do setor, a fim de impulsionar a sua modernização em pilares sustentáveis de crescimento, assentados na economia de mercado.

A aprovação da reforma da previdência é crucial para o equilíbrio fiscal e a atração de investimentos estrangeiros para a área de infraestrutura. A reforma representará um ponto de inflexão na retomada do crescimento e deve estabelecer as condições básicas para a implantação de uma política baseada em instrumentos de mercado, sobretudo para o crédito e o seguro rurais.

O Plano Agrícola e Pecuário (PAP) 2019/2020, frente à restrição orçamentária imposta pelo Ministério da Economia, expôs um novo viés em termos de política agrícola. O plano é pontual, mas sinaliza a tendência para os próximos anos, uma vez que a programação de financiamento privado com recursos livres se elevou consideravelmente, bem como o incentivo ao seguro rural como mitigador de risco.

O cenário econômico que vem se delineando levará o Brasil a ter taxas de juros bem próximas das praticadas por países desenvolvidos, criando um ambiente saudável, de maior concorrência e menor dependência de subvenções ao crédito. O seguro, como instrumento de administração do risco climático e de mercado, pode concorrer para reduzir os *spreads* e fomentar o mercado de crédito privado para o agronegócio.

A transição para esse modelo não pode ser abrupta, pois é preciso desenvolver o mercado e garantir a adaptação dos agentes ao novo ambiente de negócios. A semente está plantada com o PAP 2019/2020, que aumentou os recursos do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) para R$ 1 bilhão em 2020 e que pode contar com até R$ 2 bilhões no ano seguinte a depender da evolução do mercado, segundo a ministra da Agricultura, Tereza Cristina. A intenção do governo vem ao encontro da demanda da FAESP, que, há anos, clama por maior apoio ao seguro rural e políticas sólidas de sustentação de renda para os produtores rurais, que são a base do agronegócio.

Produtores, seguradoras, resseguradoras, corretores e agentes do setor precisam trabalhar juntos pelo seguro rural. Deve-se aproveitar a conjuntura favorável e contornar os entraves que impedem a sua expansão. É o momento de garantir definitivamente a consolidação desse instrumento no cerne da política agrícola brasileira. ■